



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 1 de janeiro de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Omar Aziz toma posse como governador do Amazonas 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Começa o governo Dilma 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Lula deixa para Dilma reajuste de aposentados 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Dilma lançará plano para erradicar miséria 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Aeroportos vão para iniciativa privada 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Governo dá incentivo a investimentos 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
CONVERGÊNCIA DIGITAL Camex mantém redução de Imposto de Importação para bens de informática e telecomunicações 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Eduardo Braga fala sobre metas no Senado em entrevista à TV Amazonas 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Omar Aziz toma posse como governador do <u>Amazonas</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Governador assume oficialmente o mandato para o qual foi eleito em 3 de outubro com 936,5 mil votos. Cerimônia de posse aconteceu no Teatro Amazonas.

Manaus - O governador Omar Aziz (PMN) tomou posse no segundo mandato no final da tarde deste sábado, no Teatro **Amazonas**, em sessão solene da Assembleia Legislativa do Estado do **Amazonas** (ALE).

A sessão foi aberta pelo presidente da ALE, Belarmino Lins (PMDB), e contou com a participação de diversas autoridades, como o prefeito de **Manaus**, Amazonino Mendes (PTB), o presidente eleito da Câmara Municipal de **Manaus** (CMM), Isaac Tayah (PTB), o ex-governador e senador eleito Eduardo Braga (PMDB), e o desembargador Domingos Jorge Chalub, vice-presidente do Tribunal de Justiça do **Amazonas**, além de outros políticos e autoridades militares e eclesiásticas.

Belarmino designou uma comissão de deputados para acompanhar Omar e Melo a solenidade, no palco do teatro, onde o governador realizou a leitura do compromisso constitucional, seguido por Melo. Participaram da comissão os deputados Marcos Rotta, líder do PMDB, Conceição Sampaio, líder do PP, Carlos Alberto, líder do PMN, e Eron Bezerra, líder do PCdoB. A ação foi acompanhada da leitura do termo de posse.

Omar foi eleito em 3 de outubro com 936,5 mil votos, ou mais de 63,83% do total. A votação foi a maior da história do Estado.

Discurso

Omar Aziz fez um discurso de 22 minutos, de improviso, sem muita polêmica. Ele começou agradecendo a população e ao apoio dos políticos de seu grupo. Declarou que a segurança e a educação serão as principais bandeiras de seu governo. Omar lembrou o início de sua vida pública, citando o caso do recebimento de sua primeira faixa, na ocasião como dirigente do Nacional Futebol Clube. "Aquela época recebi minha primeira faixa de reconhecimento de alguma coisa, como dirigente do Nacional", brincou.

O governador lembrou da campanha de 2008, quando tentou ser prefeito de **Manaus**. Na ocasião, Omar, apesar do apoio político do ex-governador Eduardo Braga, foi derrotado nas urnas pelo ex-prefeito Serafim Correa (PSB) e

o atual prefeito Amazonino Mendes, que juntos foram para o segundo turno do pleito, deixando o atual governador em terceiro lugar em número de votos.

"Há pouco mais de dois anos, tentei ser prefeito, mas Deus não quis. Fechou-se uma janela, mas dois anos depois Deus e o povo do **Amazonas** me abriram para mim a maior janela que eu poderia imaginar", disse Omar. Ele também lembrou o apoio político do prefeito Amazonino Mendes, que, de acordo com Omar, foi o responsável por sua primeira oportunidade na vida pública. "Em 1983, tornei-me amigo do prefeito de **Manaus**. Em 1986, viajei ao lado dele. Ele me deu a primeira oportunidade em um cargo público. Obrigado, Amazonino, pela oportunidade", afirmou.

Segurança pública

Em seu discurso, Omar prometeu um "grande projeto" para a segurança pública do **Amazonas**. "Quero a parceria do prefeito para a implantação de políticas públicas voltadas à segurança. Vamos investir em novas tecnologias e novos equipamentos", disse. O governador não deixou de lembrar o antecessor, o senador eleito Eduardo Braga. "Ele me colocou na segurança pública. Tive a oportunidade de ser vice por duas vezes ao lado de Eduardo. Convivemos durante oito anos e nunca tivemos um mau relacionamento", disse.

"Se me perguntassem, em 1º de janeiro de 2010, se eu seria eleito governador, eu teria dúvidas"

"Deus fechou uma porta em 2008, quando ele não me elegeu prefeito, mas abriu a maior este ano, me dando a maior chance da minha vida, como governador do Estado"

"Quero agradecer ao Amazonino. Ele me deu a primeira oportunidade na minha vida pública e me incentivou muito a chegar até aqui"

"Nenhum político precisa brigar com seu antecessor para virar líder político"

"O maior patrimônio do **Amazonas** é seu povo e a UEA. Vamos investir na educação e na instituição, que é de todo o povo do **Amazonas**"

"Esta é a segunda faixa que recebo na minha vida. A primeira foi como campeão pelo Nacional Futebol Clube"

"Se eu errar, terá sido tentando fazer o bem"

"Discurso a gente vê toda hora. Mas aliar discurso a prática é que faz o homem crescer. E é isso que vou tentar a partir de amanhã.

"Vi várias posses hoje, mas ninguém tem a honra de ser empossada num lugar tão belo como o Teatro **Amazonas**"

"Dessa vez eu ganhei mesmo! Beijo, muito obrigado a todos!"

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Começa o governo Dilma		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Dilma Rousseff assume hoje como a primeira mulher presidente do Brasil. O mandato da petista, que quer ser chamada de “presidenta”, começa sob a sombra do enorme carisma de seu antecessor e padrinho político, Lula. “Eu não posso errar”, diz Dilma – que, fiel a sua fama de durona, já planeja reuniões de trabalho para “ontem”. Após oito anos, **Lula** passará a faixa à sua criatura deixando um legado de acertos e descompassos políticos, econômicos e sociais. **Lula** teve como marca os solavancos de sérias crises políticas, como a do mensalão, mas também a inegável redução da desigualdade social e a manutenção da estabilidade econômica. Para compensar o peso dessa herança, Dilma terá a maior base de apoio já formada em torno de um presidente desde a redemocratização do Brasil.

Presidente abre mandato com a maior base de apoio após redemocratização

Primeiro desafio de Dilma no Legislativo será administrar anseios e conflitos de seus 366 deputados e 52 senadores aliados

Marcelo de Moraes - O Estado de S.Paulo

Dilma Rousseff assume a Presidência da República com a maior base de apoio já formada em torno de um chefe do Poder Executivo desde a redemocratização do Brasil. O problema é que ter 366 deputados e 52 senadores aliados não significa garantia de lealdade. Se, de fato, a coalizão é grande, essa bancada de apoiadores também tem a característica de cobrar favores, através da liberação de emendas parlamentares e de outros tipos de recursos federais, para garantir sua fidelidade ao Planalto.

Já foi assim durante os oito anos do governo do presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva, num processo que teve seu pior momento em 2005, durante o chamado escândalo do mensalão. O caso revelou a existência de um esquema de repasse de verbas públicas em troca do apoio de políticos da base. Seus efeitos derrubaram poderosos integrantes do governo, como o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, e atingiram a cúpula de partidos como PT, PR, PP e PTB.

Se hoje não existe mais o esquema do mensalão, a pressão por liberações continua sendo uma regra dentro do

Congresso e o governo não tem se incomodado em ceder quando julga necessário. Não será diferente no governo de Dilma. A questão será estabelecer os termos dessa relação.

Teste de resistência. Segundo um de seus principais interlocutores dentro do Congresso, existe a expectativa por uma espécie de "teste de resistência" do novo governo. Na prática, isso significa que, na primeira votação **importante** de interesse de Dilma, setores influentes da base aliada deverão pressionar o governo para medir o quanto ele aceita ceder.

Além disso, alguns partidos acham que não foram contemplados adequadamente na formação da nova equipe de governo. O PMDB, dono da maior bancada do Senado e segunda maior da Câmara, reclama por maior espaço no controle de estatais. O PSB achou pouco ocupar dois **Ministérios**, já que elegeu seis governadores.

Em compensação, o governo já conseguiu aplacar um foco **importante** de insatisfação. Para atender a bancada do PP, que tem 41 deputados e cinco senadores, Dilma aceitou substituir o ministro Márcio Fortes, de perfil técnico, e nomeou o líder da bancada do partido, o deputado federal Mário Negromonte (BA), para o comando do **Ministério** das Cidades. Parlamentares do PP reclamavam que Fortes não atendia os pedidos do partido.

A troca produziu ainda outro efeito. Fortes era muito próximo do presidente do PP, senador Francisco Dornelles (RJ), parente do tucano Aécio Neves. Assim, além de ganhar o apoio da bancada do partido, a nomeação enfraqueceu a ala próxima de um **importante** adversário da oposição.

Mais senadores. Se conseguir ajustar sua sintonia com a base de apoio, Dilma terá uma situação francamente favorável dentro do Congresso. Terá votos suficientes para aprovar, por exemplo, propostas que alteram a Constituição, prerrogativa que nem **Lula** teve durante os seus dois mandatos.

Se na Câmara, **Lula** sempre teve maioria clara, no Senado essa hegemonia não se repetiu. Em dezembro de 2007, o governo foi derrotado na votação da proposta que estabelecia a prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que garantia recursos extras para a Saúde.

Agora, Dilma ampliou sua base de apoio na Câmara e larga com um patamar de 52 senadores aliados, mais do que os três quintos (ou 60%) de votos necessários para aprovar qualquer modificação constitucional.

Essa vantagem poderá até se tornar mais confortável ainda se o governo receber a provável adesão dos seis senadores do PTB. Na campanha presidencial, o partido apoiou a candidatura do tucano José Serra. Mas a maioria

dos seus parlamentares deseja compor um acordo com o governo. Com isso, o futuro governo teria votos para aprovar propostas polêmicas, como a própria volta da CPMF ou alterar até mesmo o número de mandatos de um mesmo presidente.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Lula deixa para Dilma reajuste de aposentados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Expectativa é que benefícios de aposentados e pensionistas que ganham mais que o salário mínimo sejam corrigidos apenas pela inflação de 5,5%

Edna Simão - O Estado de S.Paulo

O **Governo Federal** deixou para a próxima semana a publicação da medida provisória que define o reajuste dos aposentados e pensionistas que recebem mais que o salário mínimo. Como não houve negociação e acordo entre centrais sindicais, representantes dos aposentados e do Executivo, os benefícios deverão ser corrigidos apenas pela inflação, ou seja, com base na estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 5,5%.

A expectativa do presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves, no entanto, é de que os aposentados ganhem um pouco mais que isso. O índice oficial da inflação de 2010 só será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 20 de janeiro e, na avaliação do presidente da Cobap, ele pode ser maior do que os 5,5% projetados.

Se o índice for maior do que previsto atualmente, os aposentados podem ter um complemento do valor em março, de acordo com Gonçalves.

Ontem, foi editada uma MP estabelecendo que, a partir de hoje, o salário mínimo passará de R\$ 510 para R\$ 540. Com esse aumento de 5,88%, o teto de aposentadoria do INSS sobe dos atuais R\$ 3.467,40 para R\$ 3.671,28. O cálculo do reajuste do mínimo deste ano considerou a inflação do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos atrás. Como o **PIB** foi negativo em 2009, os

trabalhadores estão recebendo apenas a variação da inflação.

Pressão. Descontentes, as centrais sindicais prometem fazer muito barulho no Congresso Nacional para conseguir elevar o mínimo para R\$ 580. Surfando na mesma onda, os aposentados e pensionistas vão reivindicar uma correção igual a que foi concedida para quem recebe o salário mínimo.

Na avaliação do presidente da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva cometeu um erro grave ao não negociar com os trabalhadores e aposentados um ganho real no salário mínimo e dos benefícios previdenciários.

A expectativa do presidente da Cobap é de que as centrais sindicais consigam elevar o mínimo para pelo menos R\$ 560. "Vamos ter de aguardar janeiro e fevereiro para conversar com as centrais e ver o que vai ser decidido. Se conseguirem uma melhora do mínimo no Congresso, vamos brigar para ter o mesmo valor", afirmou Gonçalves.

O **Ministério** da Previdência Social explicou que a edição da medida provisória dos aposentados que ganham acima do mínimo na próxima semana não vai prejudicar o pagamento dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Isso porque quem ganha mais que o mínimo recebe o benefício apenas nos cinco primeiros dias de fevereiro. Ou seja, o governo teria praticamente todo o mês de janeiro para publicar o valor do aumento. Atualmente, quase nove milhões de pessoas recebem do INSS benefícios acima do salário mínimo.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma lançará plano para erradicar miséria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Dilma Rousseff, 63, que será empossada hoje como a primeira mulher presidente do Brasil, vai lançar um plano nacional de erradicação da miséria a fim de tentar cumprir sua principal promessa na campanha. A ideia é reunir os programas sociais existentes e lançar novos, como iniciativas de financiamento e formação profissional, portas de saída do Bolsa Família. O objetivo é tirar da miséria 18 milhões de brasileiros.

Dilma toma posse e foca a erradicação da miséria

Sucessora de Lula tem como prioridade tirar 18 milhões da pobreza extrema

Apesar de marcado pela continuidade, governo da petista pretende imprimir marca pessoal sem contrariar Lula

NATUZA NERY

VALDO CRUZ

DE BRASÍLIA

ANA FLOR

ENVIADA ESPECIAL A BRASÍLIA

Dilma Vana Rousseff, 63, torna-se hoje a primeira mulher a ocupar a Presidência da República. Quadragésima presidente do país, sua prioridade já foi definida: lançar um plano nacional de erradicação da miséria.

O plano fará parte de seu discurso de posse, que vai enfatizar a necessidade de aprofundar as mudanças iniciadas por Luiz Inácio Lula da Silva, seu antecessor e mentor político. A ideia será sintetizada no mote "um Brasil que apenas começou".

Sob o carimbo da continuidade, Dilma quer cravar seu próprio selo social, a exemplo do Fome Zero e do Bolsa Família, arrimo da alta aprovação lulista.

Ela já marcou reunião com sete ministros para discutir um plano que elimine a pobreza extrema em quatro anos - uma das principais promessas de campanha da petista.

A ideia é reunir os programas existentes no governo e lançar novos, como iniciativas específicas de financiamento e capacitação profissional, portas de saída do Bolsa Família.

O programa tem o desafio de retirar da miséria 18 milhões de pessoas.

Sucessora do presidente mais popular da história recente, a petista quer deixar marcas também nas áreas de saúde e segurança pública, dois setores que ficaram aquém do esperado nos oito anos de governo Lula.

Na primeira semana de trabalho, pretende agendar reunião com governadores para debater e traçar planos nessas duas áreas.

Ex-guerrilheira ligada a grupos que combateram a ditadura, Dilma prometerá manter a política econômica ortodoxa, mas com medidas para acelerar investimentos e reduzir os juros.

Mineira radicada no Rio Grande do Sul, ela tem sua posse marcada para as 14h30, em cerimônia no Congresso. Ali fará seu principal discurso, destacando que promoverá um governo de "continuidade, mas aprofundando e avançando".

Depois, já como presidente, segue para o Palácio do Planalto, onde receberá a faixa presidencial de Lula e receberá os cumprimentos de 23 chefes de Estado.

Ao lado do vice, o peemedebista Michel Temer, Dilma faz um pronunciamento no parlatório. Às 18h30, participa de recepção a autoridades estrangeiras no Itamaraty.

DESAFIOS

Dilma assume o governo com um cenário econômico desafiador: inflação em alta, gastos públicos acima do desejável e uma situação cambial pouco confortável.

Uma de suas primeiras medidas será anunciar um corte no Orçamento, superior a R\$ 20 bilhões. Editará, ainda, projetos para controlar o crescimento dos gastos.

Com isso, espera auxiliar o Banco Central na tarefa de conter a inflação, abrindo espaço para amenizar a rigidez da política monetária.

No discurso do Congresso, Dilma pontuará o símbolo histórico de sua eleição: a chegada de uma mulher ao cargo máximo do país. Assumem com ela nove ministras, o maior time feminino já admitido no primeiro escalão.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Aeroportos vão para iniciativa privada		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo Dilma quer transferir mais da metade dos 67 aeroportos sob controle da Infraero para estados e municípios, que poderão concedê-los à iniciativa privada. A estatal ficaria com 30: os mais movimentados e os situados em locais estratégicos.

Com ares de privatização

Governo repassará mais de 30 aeroportos a estados e municípios, que poderão concedê-los ao setor privado

Geralda Doca

Alfraero vai perder mais da metade dos 67 aeroportos que administra atualmente, adiantaram ao GLOBO fonte do governo e da equipe de transição. A estatal ficará com cerca de 30 terminais. Os demais serão repassados aos estados e municípios, que poderão concedê-los à iniciativa privada. Os mais movimentados e mais rentáveis, no entanto, como Galeão (Tom Jobim), Cumbica (Guarulhos-SP) e Viracopos (Campinas), continuarão sob o guarda-chuva da Infraero. No Rio, os de Jacarepaguá e de Macaé, por exemplo, poderão ser explorados pelo setor privado.

Conforme informou ontem o colunista do GLOBO Anselmo Gois, as medidas para a concessão dos aeroportos à iniciativa privada já estão sendo discutidas pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, e a presidente Dilma Rousseff, que toma posse hoje.

Segundo fonte do governo, todos os aeroportos das capitais, por questões políticas, e os considerados estratégicos, nos quais eventuais problemas podem comprometer a malha nacional, continuarão administrados pela Infraero. Isso também se aplicará a terminais **importantes** para a defesa nacional, como o de Cruzeiro do Sul, no Acre, localizado na fronteira.

Mudança de olho em Copa e Olimpíadas

Além disso, o governo manterá a orientação de que os novos aeroportos sejam construídos e explorados por empresas privadas, a exemplo do terceiro aeroporto paulista. O modelo de concessão a ser seguido é o de São Gonçalo do Amarante (RN), já em construção. O caminho para essas alterações foi aberto com a aprovação pelo Congresso, em meados de dezembro, de uma emenda à proposta do

Executivo que instituiu o Sistema Nacional de Viação (SNV). Este reunirá as malhas rodoviária, ferroviária, hidroviária e aeroportuária.

- A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) vai definir quais são os aeroportos de interesse da federação que continuarão com a Infraero - disse uma fonte ligada às discussões.

Segundo essa fonte, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul já mostraram interesse em assumir terminais para repassá-los ao setor privado. Isso já foi feito, por exemplo, no aeroporto de Cabo Frio. O objetivo é atacar mais rapidamente os gargalos da infraestrutura aeroportuária. No Rio, a Infraero só ficará com Galeão e Santos Dumont. Em São Paulo, a estatal continuará com Viracopos, Guarulhos e Congonhas. Poderão ser privatizados Campo de Marte e São José dos Campos. No Rio Grande do Sul, só Porto Alegre não sofrerá mudanças. Em Minas, apenas Confins (Belo Horizonte) ficará com a Infraero. E na Bahia, a estatal só ficará com o aeroporto de Salvador.

Além da Anac, o Comando da Aeronáutica vai listar os terminais **importantes** do ponto de vista da segurança nacional, que a Infraero deverá continuar administrando.

O Código Brasileiro de Aeronáutica (**CBA**) já permite que a Infraero faça convênios com estados e municípios para transferir a administração de aeroportos. Mas a medida é pouco usada, segundo técnicos do governo, devido à burocracia. A emenda ao marco da viação vai facilitar o processo.

O novo governo também será obrigado a adotar um sistema de contratação especial para a Infraero, sem licitação tradicional, semelhante ao da Petrobras, a fim de agilizar as obras para preparar os aeroportos para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. O sistema atual da Lei de Licitações levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a embargar várias obras, como nos aeroportos de Vitória e Goiânia.

Apesar de estudos do **BNDES** recomendarem a privatização dos aeroportos, estima-se que só isso e a abertura do capital da Infraero não vão resolver o atraso das obras. Esses processos são demorados: segundo o próprio

BNDES, seus efeitos só seriam sentidos depois de três a cinco anos.

Webjet tem quase 20% de atrasos

Ainda assim, fontes afirmam que Dilma quer profissionalizar a Infraero, por isso vem se recusando a colocar um político no comando da empresa. O plano de criar uma secretaria especial de aeroportos e retirar a aviação civil da esfera da Defesa também não foi descartado, ainda que a médio prazo.

O dia foi calmo ontem nos aeroportos. Até as 18h, dos 1.909 voos domésticos programados, 137 (7,2%) atrasaram e 240 (12,6%) foram cancelados. Dos 124 internacionais, 16 (12,9%) sofreram atraso e seis (4,8%) foram suspensos. A Webjet novamente teve o pior desempenho: em 101 voos, foram 20 atrasos (19,8%) e 30 cancelamentos (29,77%) . A Gol registrou 5,4% de atrasos, e a TAM, 7,5%.

COLABOROU: Bruno Rosa

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo dá incentivo a investimentos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Medida provisória prevê alívio fiscal para financiar projetos de infraestrutura

Martha Beck

BRASÍLIA. O governo editou ontem a medida provisória (MP) 517, que põe em prática o pacote de incentivo ao investimento privado de longo prazo, anunciado este mês pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Entre as ações - que têm como objetivo garantir que haja recursos disponíveis para grandes obras de infraestrutura nos próximos anos - estão a redução de tributos para aplicações em títulos longos (com prazo superior a seis anos) e estímulos ao **desenvolvimento** do **mercado** secundário.

A MP regulamenta, por exemplo, a redução do Imposto de Renda (IR) para debêntures emitidas por Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Pessoas físicas (que hoje pagam uma alíquota entre 15% e 22,5%) e estrangeiros (que recolhem 15%) que aplicarem nesses papéis serão isentos do tributo. Já pessoas jurídicas pagarão uma alíquota de 15%, contra 34% antes.

Para isso, no entanto, terão de ser obedecidas algumas condições: os títulos precisam ter um prazo mínimo de seis anos (sem opção de recompra nos dois primeiros anos), rendimento por taxa fixa ou índice de preços, pagamento de cupom com prazo mínimo de 180 dias e emissão limitada ao valor do projeto. A iniciativa

financiada também terá de ser aprovada pelo **Governo Federal**.

Foi estabelecido ainda um estímulo à entrada de aplicações estrangeiras no **mercado**. Títulos emitidos por empresas e adquiridos por não residentes serão isentos. Esses papéis precisam obedecer às mesmas restrições das debêntures de longo prazo, como ter, no mínimo, seis anos.

O governo também facilitou, através da MP, a vida de bancos que queiram renegociar dívidas com pessoas físicas e produtores rurais. Hoje, quando não recebe um pagamento, o banco pode lançar até 40% do montante como prejuízo e pagar menos IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No entanto, quando renegocia esse valor, a instituição tem de recolher os tributos que deixaram de ser pagos à vista. Agora, esse acerto de contas poderá ser feito parceladamente.

As projeções da equipe econômica indicam que a taxa de investimento no **Brasil** deve saltar de 19% para 23% do Produto Interno Bruto (**PIB**) até 2014, o que significa uma necessidade de recursos entre R\$350 bilhões e R\$650 bilhões. O governo quer que a maior parte venha do setor privado.

	VEÍCULO CONVERGÊNCIA DIGITAL	EDITORIA	
	TÍTULO Camex mantém redução de Imposto de <u>Importação</u> para bens de informática e telecomunicações		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), por decisão do ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, decidiu publicar a Resolução nº93, na qual prorroga até 31 de dezembro de 2015, a redução de alíquotas do Imposto de Importação para bens de informática e telecomunicações.

Miguel Jorge, que preside o Conselho de Ministros da CAMEX, manteve os mesmos bens previstos na Resolução nº

43, de 22 de dezembro de 2006, na condição de "ex-tarifários", ou seja: por não serem produzidos no Brasil.

A relação engloba vários itens, entre eles, diversos circuitos integrados aplicados em equipamentos de informática e de telecomunicações, cartões de memória, diodos emissores de luz (LED) antenas para telefones celulares, impressoras com velocidade de impressão superior ou igual a 30 páginas por minuto, etc.



VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
TÍTULO Eduardo Braga fala sobre metas no Senado em entrevista à TV Amazonas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MANAUS - O ex-governador do **Amazonas** e senador eleito pelo PMDB Eduardo Braga, em entrevista ao jornal **Amazônia TV**, na manhã de hoje(30), falou de suas metas para 2011. Braga disse que deseja levar para a tribuna do senado projetos de **desenvolvimento**, geração de emprego para o **Amazonas**. Ele falou ainda sobre o convite para ser ministro da previdência no Governo Dilma.

Braga defendeu a prorrogação e o fortalecimento da **Zona Franca** de **Manaus**, além do projeto para estender o Polo Industrial para a Região Metropolitana. "Seriam cinco polos além do de **Manaus**, o que irradiaria **desenvolvimento**, oportunidade de emprego e renda para vários municípios", disse do ex-governador.

Outra questão aponta da por ele diz respeito à construção de um hospital Escola na Universidade do Estado do **Amazonas** (UEA). O objetivo, segundo ele, é formar profissionais para atender, principalmente, os municípios do interior. "A UEA não recebe verbas do **Governo Federal**. Ela é

a universidade multcampi, que formará recursos humanos para essas regiões. No senado, espero viabilizar os recursos para que isso aconteça", destaca.

Braga disse ainda que defenderá a criação de um novo polo cloroquímico partir da Silvinita de Nova Olinda, no **Amazonas**. "Isso é mais um compromisso da presidente Dilma com o **Amazonas**, e eu espero também ajudar nessa área".

Sobre o convite para ser ministro da previdência Braga disse que se sentiu honrado em ser chamado para compor a equipe de governo de Dilma, mas disse ter um compromisso com os eleitores do **Amazonas**. "O **Ministério** da previdência é muito **importante**, pode trazer grandes benefícios aos aposentados, mas eu tenho compromisso com o povo que me elegeu. Quero retribuir a votação histórica que o Estado me deu", afirmou.